



EDUCAÇÃO BILÍNGUE: UM CAMINHO PARA ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS SURDAS

Rhaysa de Lima Soares ¹

Prof. Dra. Norma Abreu e Lima Maciel de Lemos Vasconcelos ²

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema a educação de surdos, com a proposta de somar esforços, levando em consideração não só os avanços em relação à educação, como também em outras instâncias sociais conquistadas pela comunidade surda, que está em perene busca por maior visibilidade perante a sociedade contemporânea.

Assim, o presente artigo tem como principal referencial a análise da tese de doutorado intitulada “Ensino de português para surdos em contextos bilíngues: análise de práticas e estratégias de professoras ouvintes nos anos iniciais do ensino fundamental”, de 2015, escrita pela psicóloga e pesquisadora da área de aquisição da língua escrita por crianças com deficiência, Renata Castelo Peixoto, disponível nas bases digitais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a comunicação do surdo, assim como a cultura surda, têm conquistado seu espaço, ainda que representando uma minoria na sociedade (SKLIAR; QUADROS, 2000).

É possível notar, no entanto, que poucas pessoas além da comunidade surda, possuem conhecimento sobre o tema, daí a necessidade de estudos voltados para a educação de surdos, principalmente acerca da alfabetização, sobretudo a partir do que assegura o Decreto nº 5.626/05, que garante o ensino da língua portuguesa como segunda língua da pessoa surda (BRASIL, 2005). Este dispositivo legal afirma ainda que a língua natural do surdo é a Libras, mas que ela não substitui a língua portuguesa em sua modalidade escrita. Dessa forma, para que haja, de fato, inclusão nas escolas e na sociedade, o surdo precisa ter acesso ao estudo da língua portuguesa escrita.

¹ Graduada do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, rhaysa.soares@hotmail.com;

² Professor orientador: Professora Doutora em Educação Especial pela Universidade de São Carlos - UFSCar, normamvasconcelos@gmail.com.



A presente pesquisa busca, então, responder ao seguinte questionamento: que discussões teóricas são feitas atualmente sobre alfabetização de surdos no Nordeste brasileiro? Para responder a essa questão, tivemos como objetivo geral analisar as atuais discussões acadêmicas acerca da alfabetização de alunos surdos, pautando-se em teses de doutorado publicadas entre os anos de 2015 e 2018³; e para dar conta de tal objetivo traçamos três objetivos específicos: a) localizar as teses que tratam sobre a temática na Região Nordeste; b) identificar as metodologias apresentadas nessas pesquisas sobre o processo de alfabetização de surdos; e c) relacionar os achados da pesquisa bibliográfica com a legislação vigente e o referencial teórico.

Os primeiros registros de tentativas de educar crianças surdas datam do século XVI, mas pouco se sabe sobre os métodos utilizados nessa educação, já que as experiências eram autônomas e não se costumava compartilhá-las com a comunidade. O que se sabe é que a busca pela oralização e, conseqüentemente, pela cura da surdez era intensa, assim como pela escrita (LACERDA, 1998). Além disso, a educação de surdos sempre buscou atender a diferentes interesses políticos, como modificar a condição socioeconômica de surdos nobres para que pudessem receber heranças, o que, de fato, foi se modificando ao longo da história (LOPES, 2012).

Nessa perspectiva, surgiram duas grandes correntes educacionais: a oralista e a gestualista. A primeira defendia que o surdo deveria aprender a falar como forma de vencer a surdez, sendo a única alternativa para ser aceito pela sociedade. Ignorava-se totalmente a existência de uma cultura surda, não admitindo que o surdo se portasse como tal nessa época. Segundo Vigotski (1983, apud VASCONCELOS, 2018), a oralização à qual as pessoas surdas eram submetidas, causava enorme prejuízo, no sentido de que elas se afastavam de qualquer outra possibilidade de se desenvolver cognitivamente e educacionalmente e, assim, não conseguiam se integrar à sociedade.

Contudo, diversos estudos mostram que com a propagação do oralismo pelo mundo, não houve avanços significativos na educação dessas pessoas. Surdos profundos não desenvolveram a fala da forma que era esperada, além de desenvolverem aprendizagem sobre leitura e escrita tardiamente (JOHNSON *et al.*, 1991, FERNANDES, 1989, apud LACERDA, 1998).

O fracasso da corrente oralista e o crescente interesse pelos estudos de língua de sinais deu origem à chamada “comunicação total”, que, de acordo com Stewart (1993, p. 118, apud

³ A escolha deste período se deu por coincidir com uma importante conquista da comunidade surda, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei Nº 13.146/15).



LACERDA, 1998, p. 74), “é a prática de usar sinais, leitura orofacial, amplificação e alfabeto digital para fornecer inputs lingüísticos para estudantes surdos, ao passo que eles podem expressar-se nas modalidades preferidas”.

Entretanto, estudos realizados à época demonstraram que, apesar de a comunicação total ser mais favorável ao aprendizado e à comunicação do aluno surdo, se comparado ao oralismo, em relação ao uso da língua de sinais, propriamente dita, esse método não era vantajoso, visto que só promovia uma comunicação superficial, e não a compreensão sobre os significados dos sinais utilizados (LACERDA, 1998). Isso porque a comunicação total, na prática, nada mais era do que a ampliação do oralismo, que utilizava os gestos apenas como apoio na comunicação entre surdos e ouvintes.

Nesse sentido, os estudos acerca das línguas de sinais foram se ampliando e surgiram novas perspectivas educacionais, apontando para a educação bilíngue. O bilinguismo defende que a língua de sinais, por ser viso-gestual, é a língua natural do surdo e diverge do oralismo “porque considera o canal viso-gestual de fundamental importância para a aquisição de linguagem da pessoa surda” (LACERDA, 1998, p. 75). Diverge também da comunicação total, pois defende o uso efetivo dos sinais, de modo que uma língua seja independente da outra (sinais e oral). E, como já se sabe hoje, a Libras não é a língua portuguesa sinalizada e nem tampouco a sua mera instrumentalização, pois ela possui estrutura e gramática próprias, ou seja, não depende em nada da língua portuguesa.

A nossa preocupação frente a esta pesquisa é, portanto, compreender que diferentes metodologias de ensino devem ser utilizadas para contribuir com o processo de alfabetização para o estudante surdo, na perspectiva de letramento definido por Magda Soares (2003). É preciso ressaltar que, para o surdo, esse processo constitui-se na aprendizagem de uma língua nova, no caso a língua portuguesa, que não é sua língua natural. E que ele, portanto, não pode aprender essa língua fazendo relações da grafia com os sons das palavras. Sobre isso, Fronza e Muck (2012, p. 94) salientam que:

[...] como a aquisição da língua oral – auditiva envolve propriedades de nível fonológico e prosódico, as quais o aparato sensorial do surdo está impedido de apreender, a criança surda deve ter acesso à representação gráfica dessas propriedades, ou seja, à modalidade escrita desta língua.

METODOLOGIA



Esta pesquisa, de acordo com Minayo (2009), configura-se como uma pesquisa qualitativa. Classifica-se ainda, quanto à natureza das fontes utilizadas, como bibliográfica (SEVERINO, 2007). Também possui caráter documental, pois utilizamos fontes de primeira mão, ou seja, sem nenhum tipo de tratamento analítico (GIL, 2006), e buscamos conhecê-las e interpretá-las.

A fim de alcançar os objetivos traçados e responder ao questionamento da pesquisa, foi inicialmente realizada uma busca no acervo disponível das bibliotecas digitais acima referidas, por meio de palavras-chave nos campos “Assunto” e filtrando a busca pelo “Ano de defesa”.

No campo “Assunto”, buscamos as seguintes palavras-chave: “Alfabetização de surdos”, “alunos surdos”, “língua portuguesa e surdos”. Já para o campo “Ano de defesa”, limitamos o período de buscas entre os anos de 2015 e 2018, por entender que a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº13.146/15) significou um grande marco para a educação de surdos, pois, além de uma importante conquista da comunidade surda e das pessoas com deficiência, parece ter propagado na sociedade acadêmica uma busca por melhorias na área educacional para esse público; como também por acreditar que as discussões mais recentes seriam mais pertinentes à pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento da linguagem da criança é um processo que ocorre naturalmente, mas que depende de fatores como as relações interpessoais e o convívio social, aos quais estamos submetidos desde o nascimento, através da família, da escola, da comunidade, etc. Desse modo, aprendemos a falar, expressando sentimentos e opiniões, ou seja, construindo sua visão de mundo por meio da linguagem, como sugeriu Vygotsky (1984), ao valorizar as origens sociais da linguagem, em detrimento de considerar que ela era fruto unicamente da maturação biológica.

No caso da criança surda, principalmente aquela nascida em uma família de ouvintes, essas relações nem sempre são constituídas de forma natural, já que essa criança não terá acesso ao som da fala das outras pessoas e, naturalmente, não se expressará por meio dela. Diante disso, estudos, como o de Gurgel (2016), defendem que a criança surda seja inserida o quanto antes no convívio de uma comunidade surda, para que se aproprie de sua língua natural (L1), que é a língua de sinais para o surdo brasileiro - a Libras.



Sendo assim, baseando-nos principalmente na tese de doutorado supracitada, mas também em outros estudos e documentos, como na “Carta aberta dos doutores surdos ao Ministro Mercadante” (CAMPELO, 2011), chegamos a algumas das dificuldades encontradas pela comunidade surda no que tange o acesso destes à educação. Pudemos verificar ainda alguns de seus anseios, os quais a comunidade ouvinte não tem conseguido atender, apesar de alguns esforços já praticados.

Essas pesquisas apontam, portanto, para a educação bilíngue como metodologia de alfabetização para surdos mais satisfatória e eficaz do que os métodos utilizados anteriormente. Percebemos, entretanto, que a prática da educação bilíngue ainda está sendo construída, como demonstra a tese estudada, porém, apesar das dificuldades encontradas, seu aperfeiçoamento dia a dia tem mostrado que pode ser uma prática bastante exitosa para a aprendizagem dos estudantes surdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do propósito deste artigo, verificamos que há um longo caminho a ser percorrido, para que, efetivamente, seja alcançada a proposta de educação bilíngue para surdos no País, colocando a Libras como a primeira língua (L1), ao mesmo tempo, que possibilita a alfabetização da língua portuguesa escrita como a segunda língua (L2).

Nesse sentido, destacamos a importância de se fortalecer os espaços de aprendizagem, no caso, as salas de aula/escolas bilíngues, voltados para as necessidades educacionais dos surdos, para que haja de fato, uma educação inclusiva e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF. 22 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 13 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF. 22 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 23 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF. 6 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 31 jul. 2019.



BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base.** – Brasília, DF: Inep, 2015. 404 p. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 31 jul. 2019.

CAMPELLO, A. R. S. *et al.* **Carta aberta escrita pelos sete primeiros doutores surdos brasileiros.** 2011. Disponível em: <http://www2.unirio.br/unirio/cchs/educacao/grupos-de-pesquisa/CARTAABERTADOSDOITORESSURDOSAOINISTROMERCADANTE.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LOPES, M. C. (org.) **Cultura surda e Libras.** São Leopoldo: Unisinos, 2012.

LACERDA, C. B.F. de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cad. CEDES.** Campinas, v.19 n.46, p. 68-80. set, 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621998000300007>. Acesso em: 17 jan. 2019.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. dos; MARTINS, V. R. de O. (org.). **Escola e diferença: caminhos para a educação bilíngue de surdos.** São Carlos: EdUFSCar, 2016.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. *In:* MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 9-29.

PEIXOTO, R. C. **Ensino de português para surdos em contextos bilíngues: análise de práticas e estratégias de professoras ouvintes nos anos iniciais do ensino fundamental.** 2015. Tese (Doutorado em Educação brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/22866>. Acesso em: 4 abr. 2019.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007

SKLIAR, C.; QUADROS, R. Invertendo epistemologicamente o problema da inclusão: os ouvintes no mundo dos surdos. **Estilos da Clínica,** v. 5, n. 9, p. 32-51, dez. 2000. Disponível em: <http://projetoedes.org/wp/wp-content/uploads/Carlos-Skliar-Ronice-Quadros.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2019.

SOARES, M. B. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação,** Minas Gerais, out. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>. Acesso em: 16 maio 2019.

VASCONCELOS, N. A. L. M. L. **Histórias e memórias de lideranças surdas em Pernambuco.** 2018. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

VYGOTSKY, L. V. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1984.